

KUPFER, D. O PIB de 2011 e depois. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 12/03/2012.

---

O PIB de 2011 e depois

12/03/2012

Já se disse que toda unanimidade é burra mas no caso do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2011, dez entre dez analistas econômicos concordaram que a taxa de 2,7%, recém-divulgada pelo IBGE, embora muito abaixo das previsões vigentes ao final de 2010, foi satisfatória para um ano que, ao fim e ao cabo, revelou-se bastante conturbado, cheio de nuvens negras no cenário internacional e de reviravoltas na política econômica interna. Em comparação com os trimestres anteriores na série com ajuste sazonal, após apresentar uma evolução negativa de 0,1% no terceiro trimestre do ano passado, a informação de que o crescimento do PIB no quarto trimestre foi ligeiramente positivo, nada mais do que 0,3%, serviu para afastar o temor de que a economia brasileira pudesse estar entrando em rota de recessão.

Ao contrário, a sensação dominante é de que o país superou um miniciclo contracionista e que nos próximos trimestres os números deverão exibir comportamento melhor, levando a economia a sua marcha habitual, como expresso na manutenção pela maioria de expectativas de crescimento para este ano em torno dos 3,5%.

A observação do PIB pela ótica da demanda ajuda a dar substância a esse quadro. O crescimento de 4,1% apresentado pelo consumo das famílias em 2011, em parte devido ao crescimento da massa salarial (4,8% em termos reais, segundo o IBGE), em parte devido a evolução favorável do crédito, sugere que o polo dinâmico da economia brasileira na última década está preservado. Em paralelo, embora a taxa de investimento como proporção do PIB não tenha conseguido avançar em relação a 2010 (19,3% ante 19,5%), a formação bruta de capital expandiu-se em 4,7%, um resultado positivo, em particular, quando se observa a expansão do uso de máquinas e equipamentos, que foi de 6% no ano.

### **Quadro internacional indica necessidade de políticas que defendam a produção nacional e o conteúdo tecnológico**

No entanto, se visível, e mesmo justificável, para o conjunto da economia, essa sensação de relativo conforto não se aplica igualmente a todos os setores componentes do PIB. Passando-se para a ótica da oferta, especialmente a evolução da indústria tem provocado preocupações generalizadas. O recuo da indústria geral, que foi de 0,5% em relação ao terceiro trimestre de 2011 e, especialmente, a forte retração da indústria de transformação, cujo desempenho foi de -2,5% em relação ao trimestre anterior e de -3,1% em relação ao quarto trimestre de 2010, indicam tendências negativas de evolução do produto industrial que não podem ser compreendidas nem muito menos atribuídas somente às questões de conjuntura.

[Digite aqui]

Esse desbalanceamento entre demanda e oferta é revelado pela evolução das importações de bens e serviços, que cresceram 9,7% em 2011. Levando-se em conta a variação total do PIB, está-se diante de uma elasticidade-renda na qual para cada ponto percentual de crescimento do PIB, as importações crescem 3,6%. A partir dessa relação estrutural, pode-se imaginar qual seria a taxa de expansão das importações se a economia estivesse em franco crescimento: mantida essa elasticidade, um hipotético crescimento de 5% do PIB implicaria expansão de 18% das importações. Trata-se de um montante que evidentemente exerceria pesado impacto sobre a conta corrente que já vem se mostrando deficitária há alguns anos.

Esse aumento na propensão a importar da economia, que vem se verificando de forma contínua nos anos recentes, sinaliza que é inegável que a indústria brasileira vem percorrendo uma trajetória de perda de competitividade. Parte desse fato está realmente na questão cambial. Como está claro desde que a poeira da grande crise financeira de 2008 assentou e tornou possível enxergar a nova arquitetura da economia mundial, a taxa de câmbio competitiva de hoje é mais desvalorizada do que a de antes. Quer dizer, mantidas as demais condições de formação de custos, diante de moedas de referência mais desvalorizadas, preservar a competitividade efetiva da moeda exigiria desvalorizá-la em alguma proporção, exatamente o contrário do que ocorreu com o real.

No entanto, outra parte igualmente importante do problema não está no mundo dos preços e custos e sim no mundo das quantidades. Com a redução do ritmo de crescimento das economias líderes, e o conseqüente aumento da capacidade ociosa da indústria mundial, ocorreu inegável acirramento na disputa pelos mercados nacionais em expansão e o Brasil, positivamente, está nesse grupo. Metaforicamente, nesse novo quadro a produção made in Brazil teria que correr mais rápido para conseguir permanecer no mesmo lugar.

A economia brasileira enfrentou 2011 dando sinais de que o mix macroeconômico que, ao longo de quase 20 anos, vem propiciando alguma estabilidade às custas de algum crescimento, pode ser reformulado e que o país pode enfim começar a se beneficiar de juros consistentemente menores e de taxas de câmbio senão competitivas, pelo menos não tão nocivas à atividade industrial.

Mas o novo quadro competitivo internacional sugere que o sucesso na mudança do mix macroeconômico não será suficiente. Políticas competentes de desenvolvimento industrial que defendam a produção nacional - o que não necessariamente significa defender os produtores nacionais - e assegurem o crescente conteúdo tecnológico dessa produção - o que não necessariamente se resume a garantir qualquer conteúdo local - são imprescindíveis.